

ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA NO JARDIM CRISTAL

POLICE STRATEGIES OF THE 8TH BPM AND THE PERCEPTION OF SAFETY IN JARDIM CRISTAL

Leonardo Pereira de Souza¹
Andréia Guimarães Tavares²

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi demonstrar como o patrulhamento e as ações da Polícia Militar podem reafirmar a missão da polícia na comunidade a fim de manter a ordem e o controle do crime. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo com participantes que moram no setor Jardim Cristal – Aparecida de Goiânia. Os resultados destacaram a complexidade das dinâmicas de segurança, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada, incluindo estratégias preventivas, diálogo contínuo e adaptação das práticas policiais. Concluiu-se que a criação de intervenções focadas em áreas específicas de preocupação e o fortalecimento da colaboração entre a polícia e a comunidade são elementos-chave para promover a segurança e a confiança duradouras.

Palavras-chave: Polícia Militar. Comunidade. Criminalidade. Segurança. Estratégia.

ABSTRACT

The Military Police is an institution capable of maintaining social control, with authorization to use force, if necessary, to keep people free from possible dangers and in contemporary times, community policing is recognized as an organizational strategy aimed at combating crime in communities, with the aim of providing a broader sense of security to society. The general objective of this research was to demonstrate how patrolling and the actions of the Military Police can reaffirm the police mission in the community in order to maintain order and control crime. The methodology used was field research with participants who live in the Jardim Cristal – Aparecida de Goiânia sector. The results highlighted the complexity of security dynamics, highlighting the need for an integrated approach, including preventive strategies, continuous dialogue and adaptation of police practices. It was concluded that creating interventions focused on specific areas of concern and strengthening collaboration between police and the community are key elements in promoting lasting safety and trust.

Keywords: Military Police. Community. Crime. Security. Strategy.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Pelotão Juliett – 7ªCia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: leonardoprofissional8@gmail.com

² Professora orientadora, Formação em direito, especialização em Gestão de Polícia Ostensiva, Direito Penal Militar e Processual Militar, Tenente-Coronel PMGO, Professora no Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – GO, 26/11/2023.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade e a violência tornou-se motivo de pavor entre as comunidades, o que de certo modo, prejudica o acesso à liberdade de ir e vir, resultado de uma sensação de insegurança mediante ao medo de serem vítimas do crime. O fenômeno criminológico é um caos que se estende na sociedade e também é visto como um grande problema para a Corporação, pois os índices de violência remete o contrário da missão da Polícia Militar, vide que o policiamento é para manter a ordem pública e o bem-estar da população (LOPES NETO, 2013).

Todavia, a criminalidade também causa efeitos negativos para a Instituição Militar, tendo em vista que as mídias propagam os índices de criminalidade, ocasionando medo e o pavor social em várias regiões do Estado. Para Rolim e Hermann (2018), se a população confia na polícia, maior respeito e admiração tem a Instituição, o que leva a maior submissão da Lei, entretanto, quando ocorre o contrário, a polícia perde a legitimidade e consequentemente, há maior resistência quanto a cooperar com a legislação.

Compreende-se que a Polícia Militar não tem única função de mera prevenção contra crimes, mas atua com medidas protetivas, com estratégias restaurativas e outros casos como desastres naturais, acidentes e etc. O desconhecimento no que se refere ao trabalho do policial militar reflete em opiniões distintas, negativas ou positivas, o que ocorre em muitos casos, quando a Corporação é bombardeada de críticas quanto às necessárias medidas ostensivas (MUNIZ e MACHADO, 2010).

No entanto, para manter a ordem, estratégias são tomadas para que as pessoas sintam-se seguras no seu direito de ir e vir e, portanto, a preocupação é realizar ações que possam manter a tranquilidade pública, visto que a segurança é um direito fundamental. Portanto, a legitimidade do policiamento repousa na habilidade de abordar questões consideradas cruciais pelas comunidades, aliada à convicção de que os policiais atuam com justiça (ROLIM e HERMANN, 2018).

Considerando que para manter a ordem pública, é necessário criar medidas e estratégias que garantam a segurança da população. Desse modo, para nortear essa pesquisa, a pergunta-problema relacionada é: As estratégias de policiamento utilizadas para reduzir a criminalidade geram confiança para a comunidade?

Sabe que o trabalho da Polícia é essencial na sociedade para garantir que as pessoas tenham seu direito de liberdade e segurança de sua vida e seu patrimônio, além de que tenham maior confiabilidade de que a Lei seja cumprida, principalmente em decorrência das ondas

recorrentes de crimes. A visibilidade da Polícia e a percepção das pessoas acerca do policiamento é fundamental para que seja legitimado o respeito pela Corporação em detrimento da Lei. Portanto, a justificativa que se insere nessa pesquisa é pelo fato de que é importante compreender a percepção da população acerca do trabalho da polícia e de suas estratégias para manter a ordem e o bem-estar público.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi demonstrar como o patrulhamento e as ações da Polícia Militar podem reafirmar a missão da polícia na comunidade a fim de manter a ordem e o controle do crime. Já os objetivos específicos tangem em analisar como é realizado o policiamento na comunidade; identificar as estratégias de prevenção para tornar as comunidades mais seguras; coletar informações sobre a percepção de segurança em relação ao policiamento militar na comunidade.

Para alcançar os dados pretendidos, esse trabalho teve como metodologia uma pesquisa de campo, do tipo qualitativo e análise descritiva, estruturada a partir do envio de uma entrevista semiestruturada para o 8º BPM de Goiás. Realizou-se também uma revisão bibliográfica, utilizando dados retirados de bases confiáveis com a própria Biblioteca de Segurança Pública de Goiás, a *Scientific Electronic Library Online*, sítio da Polícia Militar e da Polícia Militar do Estado de Goiás, entre outros.

Nesse contexto, esse artigo está dividido em duas partes: a primeira é resultado da revisão bibliográfica, apontando um pouco da história da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), sobre o que é ordem pública e policiamento ostensivo realizado pelos policiais militares e por fim, as estratégias de policiamento militar utilizado para manter a segurança nas comunidades; já a segunda parte é evidenciado os dados colhidos a partir da pesquisa de campo, estruturando os resultados e discussão deste trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS: HISTÓRIAS E CONCEPÇÕES

Desde os primórdios da descoberta do Brasil, há relatos de que havia uma regime de defesa que protegia a Colônia chamado de Regime de Capitães Mores, cujo Capitão-Mor promovido pelo Rei, era quem ordenava a defesa do local e comandava as missões. Com a descoberta do ouro no século XVIII, houve necessidade de criar estratégias de policiamento, originando daí, as milícias e as tropas de linha (SOUZA, 1999).

Em decorrência da descoberta do ouro e para garantir que houvesse ordem, necessitou-

se criar uma ordem militar, no qual o Rei de Portugal enviou duas Companhias para o Brasil, a fim de evitar roubos e garantir arrecadação de impostos. A Capitania de Goyaz foi uma das que integraram as tropas que já ocupavam São Paulo e Minas Gerais, ajudando a combater os extraviados das riquezas naturais do país (SOUZA, 1999).

A segunda maior produtora de ouro naquele período, era Goiás e como era mais afastado de São Paulo, a preocupação era de que houvesse maior contrabando naquelas regiões. No entanto, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva foi prestigiado com o título de Capitão-Mor de Goyaz, dando origem às milícias no local (SOUZA, 1999).

O primeiro destacamento militar chegou em Goiás no ano de 1736, advindo de Minas Gerais, com nome de “Regimento de Dragões”, compostos por homens e constituído por “1 Capitão, 1 Tenente, 1 Alferes. 1 Furriel, 1 Tambor, 3 Cabos de Esquadra e 37 Soldados (SOUZA, 1999, p. 25). Em 1770, a narrativa relata que os Dragões foram substituídos devido à falta de incentivos patrióticos, o que comprometia a eficácia das missões designadas a eles.

A troca do "Regimento de Dragões" também ocorreu devido à chegada da Família Real ao Brasil no século XIX, inaugurando um novo modelo de defesa e proteção e nesse contexto, foram estabelecidos os Regimentos Regulares de Cavalaria Auxiliar. Embora sua denominação tenha mudado ao longo da história, a origem do policiamento das organizações militares remonta a vinda da Realeza para o país e tem sido uma constante presença em distintos agrupamentos sociais e numa variedade de regimes políticos e sociais (CUNHA e ARAÚJO, 2018).

Apesar do entendimento de que a presença militar na província de Goiás remonta ao século XVIII, a história oficial inicia-se em 1858, sob o governo de Francisco Januário da Gama. Mesmo com as diretrizes estabelecidas por Gama, não foram integralmente aplicadas, resultando na continuidade do policiamento pela Tropa de Linha, subordinada diretamente ao Governo Federal. Contudo, em 1884, durante o mandato de Camilo Augusto Maria de Brito, as determinações governamentais foram efetivadas, tendo o capitão João Fleuri Alves de Amorim como o primeiro comandante (CUNHA e ARAÚJO, 2018).

No século XX, com a consolidação da Polícia Militar em Goiás, uma nova abordagem policial delineou novos caminhos para a instituição militar na cidade. Em 1930, Pedro Ludovico Teixeira, por meio do Decreto Lei nº. 395, estabeleceu a criação da Força Pública Militar de Goiás. A militarização da Força Pública goiana foi oficialmente declarada pela Lei nº. 750, em 26 de fevereiro de 1931, mediante um acordo entre o Ministro da Guerra e o Governo de Goiás. Posteriormente, por meio do Decreto Lei nº. 4.143, em 18 de outubro de 1933, foi instituída a 4ª Cia Isolada, com sede em Pedro Afonso e operante a partir de 1934. Em 1936, o efetivo

registrado para essa companhia era composto por 138 praças (LUNCKES, 2012).

Para atender à necessidade de capacitar os policiais, em 1940 foi estabelecida em Goiás uma escola dedicada à formação de praças e oficiais. Seu propósito era aprimorar estratégias e técnicas para o combate e a defesa desses profissionais. A Revolução de 1964 resultou em reformas adicionais para a Polícia Militar de Goiás (PMGO), com o comando sendo assumido por Oficiais Superiores do Exército. Contudo, a autonomia em relação ao Estado não foi comprometida. Já em 1966, foi criado o Serviço Social da PMGO, oferecendo assistência em situações emergenciais para os policiais militares (CARDOSO et al., 2020).

Na década de 1970, foram estabelecidos novos Comandos para aprimorar a estrutura e a gestão da PMGO, proporcionando uma direção mais clara para o policiamento na capital goiana e nas regiões do interior de Goiás. Unidades especializadas foram criadas para fortalecer os esforços no enfrentamento à criminalidade. Ao longo de mais de 160 anos, a Polícia Militar de Goiás tem passado por transformações significativas, buscando proporcionar à população um serviço de qualidade. Essa evolução inclui a incorporação de novas metodologias e a adoção de aperfeiçoamentos tecnológicos, todos voltados para a preservação da ordem pública (CARDOSO et al., 2020).

2.2 ORDEM PÚBLICA E O POLICIAMENTO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Em 1988, foi inaugurada a Constituição Federal Brasileira (CF), ainda vigente e nessa constituinte, foi atribuído um capítulo que aborda sobre a segurança pública, destinando às competências de cada órgão, que estão relacionadas no art. 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI – polícias penais federal, estaduais e distrital (BRASIL, 1988).

No § 5º é tratado sobre as competências da Polícia Militar, tal qual se destina a ela o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Paralelo ao texto da CF de 1988, a Constituição do Estado de Goiás, no seu art. 124 consta que cabe a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), a manutenção da ordem pública e o policiamento ostensivo, sendo uma das

forças que auxilia o Exército Brasileiro (GOIÁS, 1989).

O policiamento militar desempenha um papel ativo em diversas áreas, principalmente para assegurar a observância da lei e garantir a segurança e bem-estar da comunidade, prevenindo perturbações da ordem. Conforme apontado por Lazzarini (2000), a compreensão da ordem pública é, na verdade, mais intuitiva do que precisa, envolvendo princípios fundamentais relacionados à política, economia, moral e, por vezes, religião.

Esses princípios são valorizados pela sociedade como estreitamente ligados à existência e preservação da ordem social estabelecida. Dessa forma, a noção de ordem pública é moldada por critérios contingentes, influenciados pela história e pelas características específicas da nação em questão (LAZZARINI, 2000).

Daí decorre o desafio para os policiais militares, que é preservar o estado de não ocorrência de delitos, através da assistência oferecida pelo policial fardado com um planejamento adequado, além do policiamento ostensivo realizado por contingentes da PM. O Decreto Federal n. 88777, de 30 de setembro de 1983, aborda os diversos tipos de policiamento ostensivo, incluindo o de trânsito e o rodoviário:

Art. 2º Para efeito do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, são estabelecidos os seguintes conceitos:

[...]

27 - Policiamento Ostensivo: ação policial, exclusiva das Polícias Militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

[...]

- de trânsito; [...]

- rodoviário e ferroviário, nas estradas estaduais; [...] (BRASIL, 1983).

O Cel R/R da PMGO Alexandre Flecha Campos, especialista em Segurança Pública, faz uma unificação dos termos "polícia ostensiva" e "polícia de preservação da ordem pública", oferecendo um único conceito: a polícia de segurança, também reconhecida como polícia ostensiva ou polícia de preservação da ordem pública, representa a própria atividade de polícia administrativa, abrangendo ações preventivas contra a desordem, a manutenção da ordem pública e a prevenção de ilícitos penais (CAMPOS, 2011).

No entanto, a polícia ostensiva não se refere minimamente a fiscalização, ou seja, apenas ao policiamento. Pelo contrário, a atuação do policiamento ostensivo aborda um conjunto de ações separadas em dois critérios: preventivo e repressivo. É complexo, pois conforme a situação enfrentada, deve realizar numa dimensão preventiva, que evitem danos ou perigo a população, seja em caráter administrativo ou de fiscalização policial; ou na dimensão

repressiva, ao realizar preparações de contenção imediata em casos de delitos que vão de encontro a desordem pública, para retorno da ordem (VENÂNCIO, 2013).

Venâncio (2011) salienta que a atuação da Polícia Militar deve ser elencado a preocupação com a comunidade e com o cidadão, de maneira a preservar a vida e o bem-estar de todos. Desse modo, o policiamento ostensivo é sempre pautado no direito fundamental à dignidade humana e isso significa que há um planejamento estratégico utilizado tanto nas ações preventivas quanto nas ações repressivas.

2.3 ESTRATÉGIAS DO POLICIAMENTO MILITAR NAS COMUNIDADES

O termo “polícia” foi originado na Grécia e tem um significado que envolve a organização social na busca pelo bem coletivo e o bem estar social. Conforme Cardoso (2009), o policiamento tem uma abrangência que envolve a segurança social, de maneira que a comunidade possa viver em tranquilidade, proporcionando a sensação de seguridade em detrimento das violências e das diversas ilicitudes.

A polícia é, então, uma instituição capaz de manter o controle social, com autorização para utilizar força, se necessário, para manter as pessoas livres de possíveis riscos e perigo. A missão é um das primeiras composições da Identidade Institucional da PMGO, cujo nela é estabelecido atribuições asseverando que tem como finalidade “proteger as pessoas, cumprir a lei, defender o meio ambiente e garantir direitos, promovendo a paz social” (PMGO, 2023, p. 10).

E cabe a Unidade Policial Militar (UPM) cumprir a missão de manter a segurança nas comunidades. Importa salientar que toda Unidade Policial Militar é pertencente ao Grande Comando, que são estruturados em Batalhões, comandados por Tenentes-Coronéis. As UPMs dos batalhões, segue a estrutura organizacional que estão dispostas na Portaria nº 2.337 de 4 de abril de 2012:

Art. 25. O Batalhão de Polícia Militar - BPM - será estruturado em: I - Comando, que compreende o Comandante e o Subcomandante; II - Seção Administrativa - P/1; III - Seção de Inteligência - P/2; IV- Seção Operacional - P/3; V - Fiscalização Administrativa - P/4; a) Almoxarifado; b) Transporte. VI - Seção de Comunicação Social - P/5; VII - Companhias, sendo destacadas ou Incorporadas. § 1º O Batalhão de Polícia Militar terá no mínimo 2 (duas) Companhias, as quais terão no mínimo dois Pelotões; § 2º Os Pelotões terão quantos Destacamentos forem necessários (GOIÁS, 2012).

Ao considerar a história das organizações militares, é possível enfatizar que a estrutura

organizacional da PM tem suas raízes em uma cultura moderna, cujas mudanças ocorridas favoreceram a criação de um policiamento profissionalizado para atender bairros e comunidades diante das mais diversas ocorrências. Beato e Marinho (2006) destacam que medidas estratégicas reativas, como o patrulhamento com viaturas, o telefone disponível para a comunidade e o rádio para comunicação, contribuem para fortalecer o patrulhamento do policial militar em diferentes localidades.

Nessa perspectiva, o modelo tradicional de policiamento já não é mais suficiente diante do aumento das ocorrências e dos desafios enfrentados pela segurança pública cotidianamente pela população. Ao longo dos anos, as estratégias de policiamento passaram por revisões, destacando a importância de uma aproximação entre a polícia e a sociedade. Isso visa permitir que ambas desempenhem um papel ativo na prevenção da criminalidade, contribuindo para a melhoria da segurança e do bem-estar nas comunidades (FERREIRA e BORGES, 2020).

Na contemporaneidade, o policiamento comunitário é reconhecido como uma estratégia organizacional voltada para combater a criminalidade nas comunidades, com o objetivo de proporcionar uma sensação de segurança mais ampla à sociedade. Com o objetivo de aprimorar as atividades de segurança pública, a Portaria Nº 17.655, de 29 de maio de 2023, que estabelece o Plano Estratégico da Polícia Militar do Estado de Goiás – 2023-2028, enfatiza em seu art. 2 que a implementação desse planejamento visa trazer melhorias na qualidade dos serviços prestados à comunidade, por meio de ações estruturadas e qualificadas.

Em conformidade com o Plano Estratégico da PMGO - 2023/2028, os objetivos estratégicos direcionados à comunidade incluem a promoção da redução de crimes e o aumento da segurança das pessoas, com maior eficiência no atendimento às necessidades da população. (PMGO, 2023). Seguindo dos respectivos objetivos táticos:

- RS.1 - Implementar melhorias no processo de articulação de ações /projetos de segurança integrada e projeto para atendimento com inclusão social, com ênfase nos crimes praticados contra as mulheres;
- RS.2 - Aperfeiçoar ações de prevenção e apuração de ocorrências referente a conduta de policiais militares.

Outro elemento de grande importância que merece destaque é a utilização do Procedimento Operacional Padrão – POP, que serve como um guia orientador para o trabalho dos policiais militares do Estado de Goiás, fornecendo estratégias para diversas situações enfrentadas por esses profissionais. O aprimoramento das técnicas e dos procedimentos padrão de atendimento da PMGO trouxe uma maior confiabilidade na abordagem de crimes de menor potencial ofensivo, contribuindo para avanços no ordenamento jurídico (POP, 2023).

Além disso, a aprimoração das estratégias de atendimento da PMGO no combate aos crimes de roubos e furtos, a padronização dos registros de atendimento policial e a modernização das técnicas procedimentais, impulsionadas pela evolução tecnológica em relação a armas e equipamentos de uso policial, foram fundamentais para fortalecer o suporte e a prevenção da criminalidade em Goiás (POP, 2023).

Considerando que a violência e a criminalidade são desafios recorrentes nos bairros, resultando em frequentes reestruturação do quadro de desenho urbano, a missão de aprimorar a segurança pública é central para a atuação da Polícia Militar de Goiás. Nesse contexto, a PMGO busca integrar abordagens polícias modernas e tradicionais, visando melhorar as ações preventivas através de parcerias com órgãos da administração pública e profissionais diversos, como arquitetos, engenheiros, tecnólogos, psicólogos, e outros recursos que contribuem para a promoção da ordem pública (LIMA NETO e VIEIRA, 2014).

Buscando sempre alcançar a sua missão constitucional, a Polícia Militar do Estado de Goiás, mantém sempre atualizada e considerando estratégias que possam preservar a ordem pública e o policiamento ostensivo preventivo, se necessário, repressivo. Dentro desse cenário, Lima Neto e Vieira (2014) salientam que a presença nas ruas e o atendimento das ocorrências em comunidades e em áreas de maior vulnerabilidade, tornam a PM uma forma capaz de implantar estratégias, por meio do desenho urbano, que corroboram com a prevenção do crime.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma parte fundamental da pesquisa, pois auxilia no mapeamento dos dados para alcançar o objetivo pretendido. Conforme Gil (2017, p. 9), o método pode ser entendido como o curso percorrido para se chegar a um fim, sendo o método científico entendido como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Sendo assim, esse trabalho terá como metodologia uma pesquisa de campo, do tipo qualitativo e análise descritiva, no qual a coleta de dados foi composta por duas etapas: no qual, a princípio, recorreu-se a busca de materiais que pudessem dar base teórica para a pesquisa, utilizando recursos de leitura de artigos, livros e revistas que estivessem relacionados aos objetivos elencados ao tema aqui proposto. Foram utilizadas bases confiáveis como a própria Biblioteca de Segurança Pública de Goiás, a *Scientific Electronic Library Online*, o sítio da Polícia Militar e da Polícia Militar do Estado de Goiás, entre outros.

Posteriormente, foi realizado um levantamento de informações com percepção do

policiamento na região e para a coleta de informações, foi utilizado um questionário semiestruturado, com perguntas envolvendo a sensação de segurança e o policiamento na comunidade do Jardim Cristal, cuja amostra partiu de 67 pessoas moradoras do bairro em questão. O questionário foi enviado em outubro de 2023, utilizando o sistema do Google Forms, com a finalidade de alcançar os objetivos pretendidos com o estudo realizado.

A análise e interpretação dos dados estão dispostos nos resultados e discussão, evidenciados em seguida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

Na etapa inicial da pesquisa, foi conduzido um levantamento sociodemográfico para compreender a faixa etária, gênero e níveis de escolaridade dos participantes. A análise das idades dos participantes revelou o seguinte panorama: Um grupo de 12,1% estava na faixa etária de 18 a 23 anos. Outro conjunto representando 15,1% situava-se na faixa etária de 24 a 29 anos. A faixa etária de 30 a 35 anos representa 26,0%. Além disso, 21,2% estavam na faixa etária de 36 a 41 anos, enquanto 16,7% tinham idades entre 42 e 47 anos. Por fim, 9,0% tinham idades acima de 48 anos (Tabela 1).

Em relação ao gênero, observamos que 53,0% dos participantes são do sexo masculino, enquanto 47,0% são do sexo feminino (Tabela 1).

No que tange à escolaridade, 35,0% dos participantes possuem ensino médio completo, sendo a categoria majoritária, seguidos por 21,2% que concluíram o ensino superior. Outras categorias incluem ensino fundamental incompleto (14,0%), ensino fundamental completo (9,0%), ensino médio incompleto (12,1%), e ensino superior incompleto (9,0%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados dos participantes

FAIXA ETÁRIA		
	Frequência	Percentil
18 e 23 anos	8	12,1%
30 e 35 anos	17	25,8
36 e 41 anos	14	21,2%
24 e 29 anos	10	15,1%
42 e 47 anos	11	16,7%
Acima de 48 anos	6	9,0%
GÊNERO		
	Frequência	Percentil
Feminino	31	47,0%

Masculino	35	53,0%
ESCOLARIDADE		
	Frequência	Percentil
Ensino fundamental incompleto	9	14,0%
Ensino fundamental completo	6	9,0%
Ensino médio incompleto	8	12,1%
Ensino médio completo	23	35,0%
Ensino superior incompleto	6	9,0%
Ensino superior completo	14	21,2%

Fonte: desenvolvida pelo pesquisador (2023).

Numa análise geral, observa-se que o maior percentual é de pessoas com idade entre 30 e 35 anos, do sexo masculino e com Ensino Médio Completo. É amplamente reconhecido que a educação desempenha um papel fundamental na vida de um indivíduo, influenciando seu desenvolvimento pessoal, profissional e social. Há também de se dizer da importância de se obter uma visão abrangente da distribuição dos moradores e cidadãos, uma vez que cada gênero e faixa etária, em certos casos, requer atendimento específico de acordo com suas necessidades particulares (LOPES NETO, 2013).

Seguindo com o levantamento de dados dos participantes, foi investigado o tempo de moradia dos participantes, no Jardim Cristal. Os resultados apontam que a maioria, ou seja, 71,2%, reside nesta localidade há mais de 3 anos, indicando uma comunidade estabelecida a longo prazo. Um contingente de 19,7% dos participantes já mora no Jardim Cristal por um período entre 1 e 3 anos, demonstrando um grupo com uma residência de médio prazo. Por outro lado, 9,1% dos participantes relataram residir no local por menos de 1 ano, sugerindo a presença de um grupo mais recente na comunidade.

Também foi analisado o tamanho dos núcleos familiares, onde 50% dos participantes compartilhavam suas casas com 3 a 5 pessoas, 28,8% viviam com duas pessoas, 13,6% tinham mais de 5 pessoas em suas residências e 7,6% moravam sozinhos.

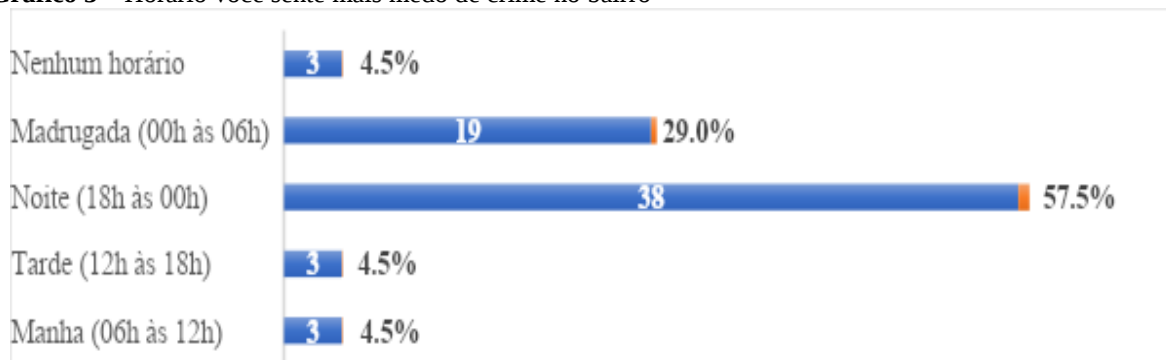
Essa análise oferece uma visão abrangente das características demográficas dos participantes, incluindo faixa etária, gênero e níveis de escolaridade, fornecendo informações essenciais para a compreensão do grupo estudado na pesquisa.

4.2 PERCEPÇÃO COM RELAÇÃO A AMEAÇAS PESSOAIS OU COMUNITÁRIA

Na segunda fase da pesquisa, analisamos a percepção dos participantes sobre ameaças pessoais ou comunitárias em diferentes horários. Os resultados mostram que a maioria dos participantes (57,5%) relatou sentir ameaças durante a noite (18h às 00h), enquanto 29,0% se

sentiram ameaçados durante a madrugada (00h às 06h). Apenas 4,5% relataram sentir ameaças de manhã (06h às 12h) e à tarde (12h às 18h). Além disso, 4,5% afirmaram não perceber ameaças em nenhum horário específico. Esses dados fornecem informações importantes sobre as percepções de ameaças dos participantes em diferentes momentos do dia.

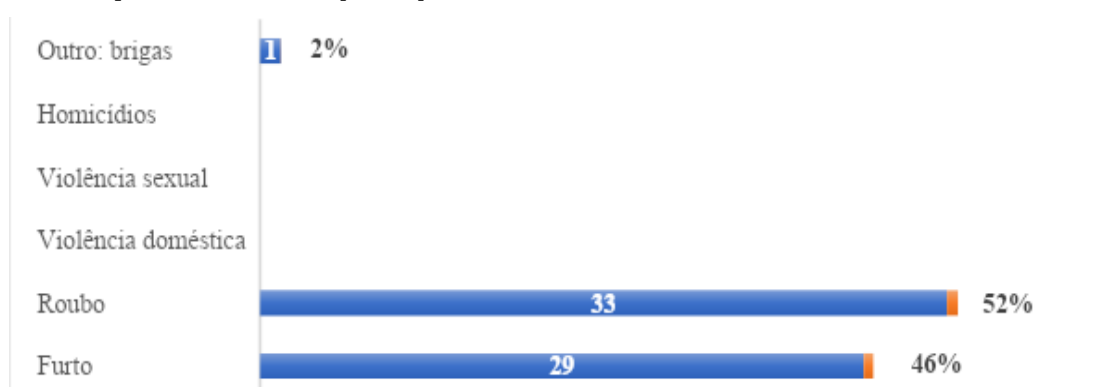
Gráfico 3 – Horário você sente mais medo de crime no bairro



Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Os participantes foram perguntados qual o tipo de crime que mais ocorre no Jardim Cristal. Os resultados da pesquisa revelam que, no bairro em questão, os crimes mais frequentes, de acordo com a percepção dos participantes, são furto e roubo. O furto foi relatado em 46% das ocorrências, enquanto o roubo correspondeu a 52%. Violência doméstica, violência sexual e homicídios não foram mencionados como ocorrendo no bairro. Além disso, 2% das respostas mencionaram "outro" tipo de crime, especificamente brigas.

Gráfico 4 - Tipo de crime mais frequente que ocorre no bairro

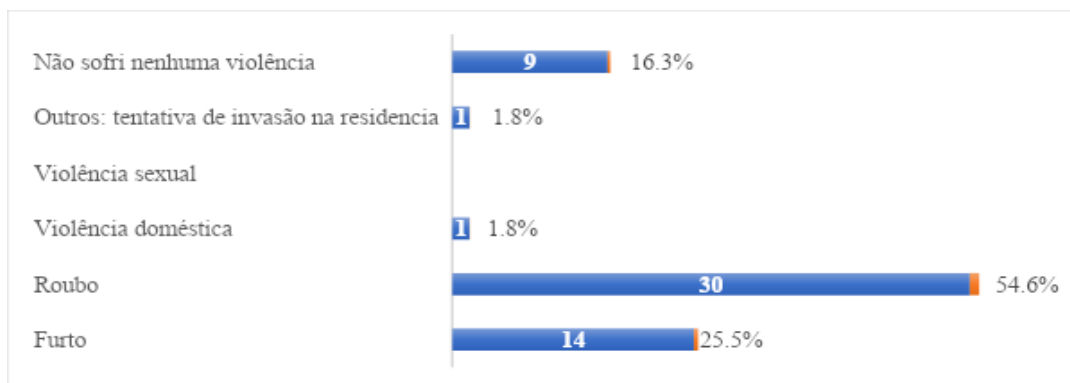


Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Os participantes foram indagados se já haviam sido vítimas de algum tipo de violência. Um percentual de 25,5% dos participantes relatou ter sido vítima de furto. A maioria expressiva, representando 54,6%, afirmou ter sido alvo de roubos. A violência doméstica foi mencionada por 1,8% dos participantes e o mesmo percentual mencionou uma tentativa de invasão em suas

residências como outra forma de violência. Entretanto, 16,3% dos participantes declararam que não haviam sofrido qualquer tipo de violência.

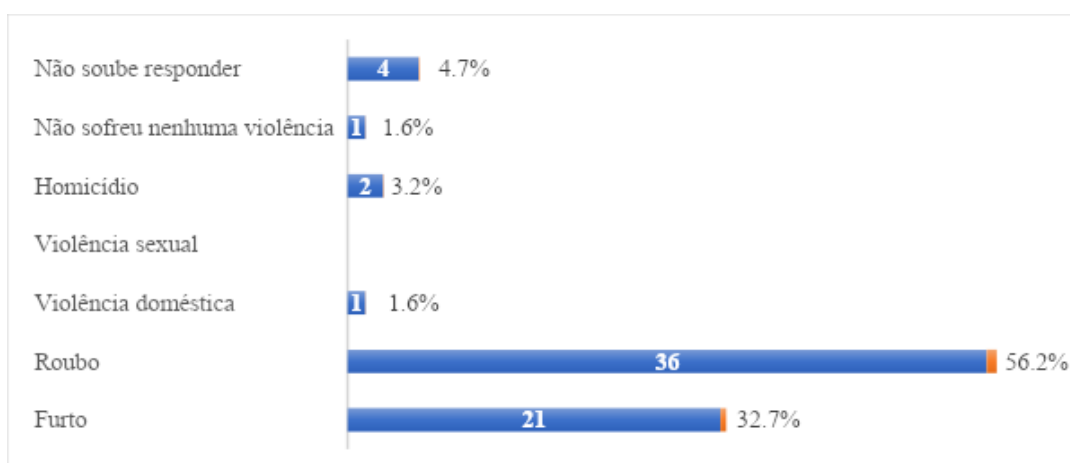
Gráfico 5 – Se já foi vítima de algum desses crimes



Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Na pesquisa, os participantes foram consultados sobre o conhecimento de casos de violência envolvendo amigos, vizinhos ou parentes no bairro. Os resultados revelaram que o roubo foi o incidente mais frequentemente relatado, com 56,2% dos participantes conhecendo casos. O furto também foi mencionado por 32,7% das pessoas. Por outro lado, a violência doméstica foi raramente citada (1,6%), enquanto homicídio foi conhecido por 3,2% dos participantes. Alguns participantes (4,7%) não souberam ou optaram por não responder à pergunta.

Gráfico 6 - Percepção se vizinho ou amigo já foi vítima de algum desses crimes nesta região

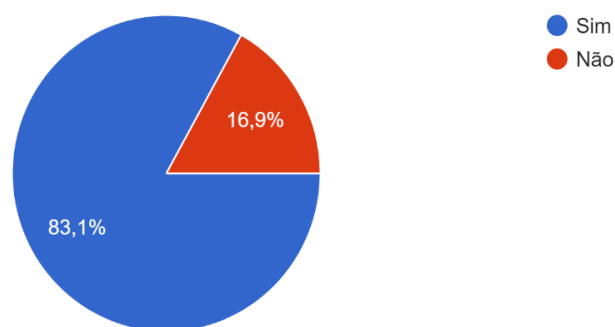


Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Na pesquisa, os participantes foram questionados se a Polícia Militar foi acionada quando ocorreu um determinado crime, levando em consideração o número de incidentes de

violência sofridos por eles ou conhecidos. A maioria, ou seja, 83,1%, respondeu que a Polícia Militar foi acionada, enquanto 16,9% afirmaram que não foi acionada. Isso sugere que a maioria das ocorrências de crimes resultou no acionamento da Polícia Militar, embora uma parcela significativa também tenha optado por não envolvê-la.

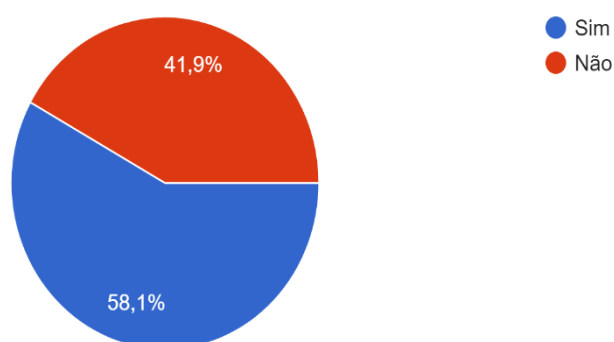
Gráfico 7 - Acionamento da PM quando a pessoa ou conhecido sofreu a violência



Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Dado que a maioria dos participantes relatou ter acionado a Polícia Militar em casos de crimes, eles foram questionados sobre se os policiais responderam prontamente ao chamado. Entre as respostas, 58,1% afirmaram que a resposta foi sim, enquanto 41,9% disseram que não. Isso indica que, embora a maioria tenha acionado a polícia, uma parcela significativa relatou que o atendimento não foi considerado rápido.

Gráfico 8 - Polícia Militar, ao ser acionada, atendeu prontamente ao chamado



Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Nessa etapa do estudo abordou a percepção de segurança dos participantes em sua comunidade, destacando vários aspectos. Os resultados revelaram que o roubo foi o tipo mais comum de violência relatado pelos participantes, seguido por furto e homicídio, enquanto a violência sexual e doméstica foram menos mencionadas. De acordo com Ferreira e Borges (2020) gerenciar a sensação de segurança é um desafio intrinsecamente subjetivo, que pode ser

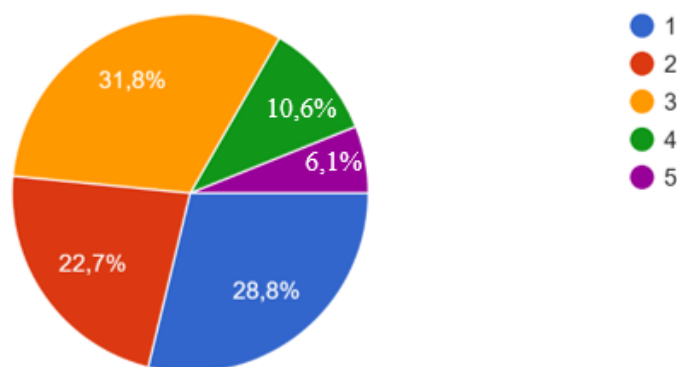
abordado com uma abordagem mais científica e moderna. Isso envolve a implementação de uma gestão orientada por indicadores objetivos, que se concentra em resultados mensuráveis.

A prevenção do crime pode ser abordada em duas frentes: primeiro, aborda-se o medo do crime para promover uma sensação de segurança, envolvendo uma abordagem personalizada e próxima do público civil, que é o alvo das práticas policiais. Em segundo lugar, busca-se reduzir os índices criminais, adotando uma abordagem impessoal que muitas vezes está distante da realidade cotidiana das comunidades (FERREIRA e BORGES 2020).

4.3 SENSÇÃO DE SEGURANÇA PESSOAL

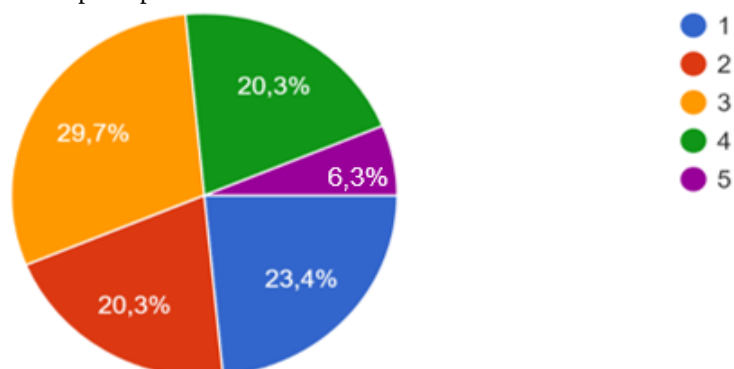
Em um terceiro momento da pesquisa, a sensação de segurança pessoal foi avaliada. Utilizando uma escala Likert, os participantes foram solicitados a atribuir uma pontuação de 1 a 5, onde 1 indica “Muito Inseguro” e 5 indicava “Muito Seguro”. Eles responderam à pergunta sobre como se sentiam ao caminhar sozinhos à noite em sua vizinhança, e os resultados mostraram que a maioria dos participantes se sentiu insegura, com 28,8% relatando "Muito Inseguros" e 22,7% dizendo que estavam "Inseguros". Além disso, 31,8% se sentiram "Pouco Seguros", 10,6% se sentiram "Seguros" e 6,1% se sentiram "Muito Seguros"

Gráfico 9 - Percepção de segurança andando sozinho a noite em sua vizinhança



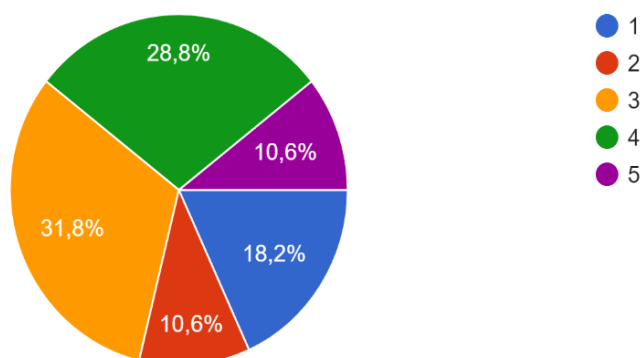
Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Os participantes foram solicitados a atribuir uma pontuação de 1 a 5, onde 1 indicava “Muito Inseguro” e 5 indicava “Muito Seguro”. Eles responderam à pergunta sobre como se sentiam utilizando o transporte público, a maioria dos participantes se sentiu insegura, com 23,4% relatando "Muito Inseguros" e 20,3% dizendo que estavam "Inseguros". Além disso, 29,7% se sentiram "Pouco Seguros", 20,3% se sentiram "Seguros" e 6,3% se sentiram "Muito Seguros"

Gráfico 10 - Usando o transporte público

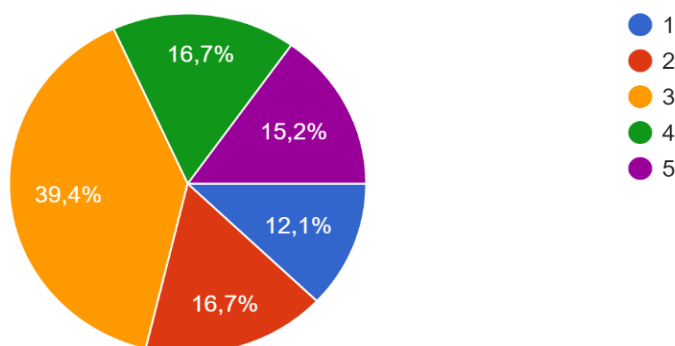
Fonte: desenvolvida pelo pesquisador, 2023.

Os participantes foram solicitados a atribuir uma pontuação de 1 a 5, onde 1 indicava “Muito Inseguro” e 5 indicava “Muito Seguro”. Eles responderam à pergunta sobre como se sentiam caminhando num parque. A maioria dos participantes se sentem inseguros, com 18,2% relatando "Muito Inseguros" e 10,6% dizendo que estavam "Inseguros". Além disso, 31,8% se sentiram "Pouco Seguros", 28,8% se sentiram "Seguros" e 10,6% se sentiram "Muito Seguros"

Gráfico 11 - Caminhando no parque/prça

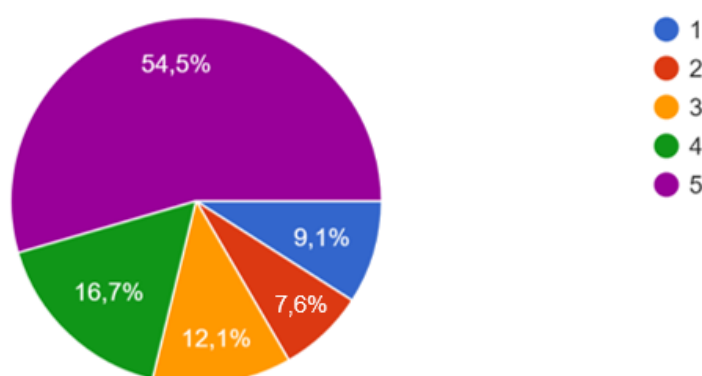
Fonte: desenvolvida pelo pesquisador, 2023.

Os participantes usaram uma escala de 1 a 5, onde 1 representava "Muito Inseguro" e 5 representava "Muito Seguro" para expressar como se sentiam estando em casa sozinhos. A maioria dos participantes relatou sentir-se insegura, com 12,1% dizendo que se sentem "Muito Inseguros" e 16,3% descrevendo-se como "Inseguros". Além disso, 39,4% se sentiram "Pouco Seguros", 16,7% se sentiram "Seguros" e 15,2% se sentiram "Muito Seguros".

Gráfico 12 - Em casa sozinho(a)

Fonte: desenvolvida pelo pesquisador, 2023.

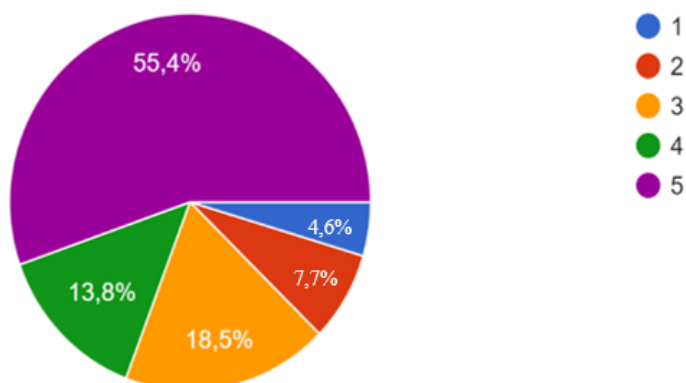
Os participantes usaram uma escala de 1 a 5, onde 1 representava "Muito Inseguro" e 5 representava "Muito Seguro" para expressar como se sentiam quando viam a viatura da polícia passar na rua de casa. Os resultados demonstraram que 9,1% dizem que se sentem "Muito Inseguros" e 7,6% descrevendo-se como "Inseguros". Além disso, 12,1% se sentiram "Pouco Seguros", 16,7% se sentiram "Seguros" e 54,5% se sentiram "Muito Seguros". A maioria dos participantes relatou sentir-se seguro ou muito seguro quando uma viatura da polícia passava pela rua de suas casas.

Gráfico 13 – Percepção de segurança ao ver viatura da polícia militar passar na rua de casa

Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Os participantes usaram uma escala de 1 a 5, onde 1 representava "Muito Inseguro" e 5 representava "Muito Seguro" para expressar como se sentiam quando viam policiais militares em pé parados ao lado de viaturas. Os resultados demonstraram que 4,6% dizem que se sentem "Muito Inseguros" e 7,7% descrevendo-se como "Inseguros". Além disso, 18,5% se sentiram "Pouco Seguros", 13,8% se sentiram "Seguros" e 55,4% se sentiram "Muito Seguros". A maioria dos participantes relatou sentir-se seguro.

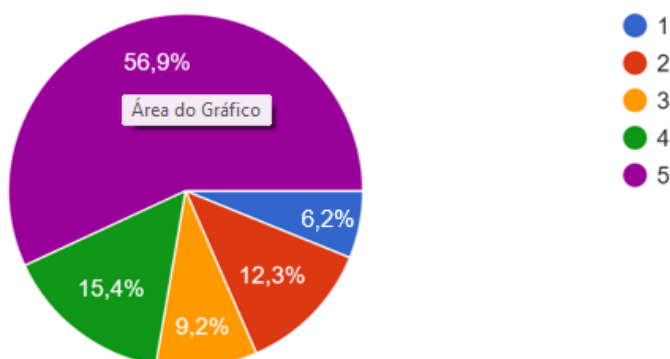
Gráfico 14 – Percepção de segurança ao ver militares em pé parados ao lado de viaturas



Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Os participantes da pesquisa atribuíram pontuações de 1 a 5 para expressar seus sentimentos ao presenciarem policiais militares realizando abordagens, com 56,9% se sentindo "Muito Seguros" e 15,4% "Seguros". Além disso, 9,2% se sentiram "Pouco Seguros", 12,3% relataram "Insegurança" e 6,2% se sentiram "Muito Inseguros". A maioria dos participantes demonstrou sentir-se segura ou muito segura durante essas abordagens.

Gráfico 15 – Percepção de segurança ao ver policiais militares realizando abordagens



Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

A pesquisa também analisou como os participantes se sentiam em várias situações, como ao caminhar sozinhos, andar em transporte público, caminhar no parque e ao ficar em casa sozinhos. A maioria dos participantes expressou sentimentos de insegurança em várias circunstâncias. Também relataram sentir maior segurança com a ação do policiamento ostensivo quando a viatura passa pelas ruas ou quando os policiais ficam parados em pé perto da viatura e até mesmo em situações que estão realizando diferentes abordagens.

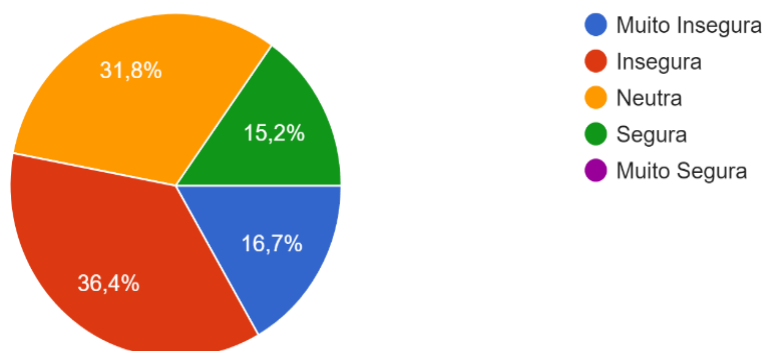
Segundo Ferreira e Borges (2020) as estratégias de policiamento foram redesenhadas com o objetivo de promover uma maior proximidade entre a polícia e a sociedade. A ideia era

que ambas partes se tornassem colaboradoras na prevenção do crime, na promoção da sensação de segurança e na melhoria da qualidade de vida. Os autores ainda salientam que os valores promovidos pelo policiamento comunitário são vistos como adequados ao contexto brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988, pois estão alinhados com a modernização da polícia e são inerentes a esse processo.

4.4 SENSÇÃO DE SEGURANÇA NA COMUNIDADE

Na última avaliação, os participantes opinaram sobre a segurança na comunidade Jardim Cristal. Resultados mostraram que 16,7% sentem "Muita Insegurança," 36,4% se sentem "Inseguros," 31,8% são "Neutros," e 15,2% têm percepção de "Segurança." Isso reflete uma diversidade de opiniões sobre a segurança na região, com alguns se sentindo inseguros, outros neutros e alguns se sentindo seguros.

Gráfico 16 – Avaliação em relação a segurança em seu bairro



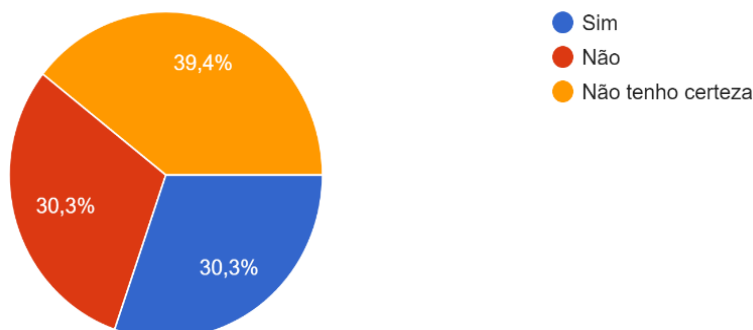
Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Os participantes também foram questionados sobre as situações específicas em que se sentiam mais inseguros. Os resultados apontam que 33,3% responderam que sentem maior insegurança em casa durante o dia ou à noite, 25,8% relatam sentir insegurança quando estão retornando do trabalho, .. retornando de uma festa ou comemoração de madrugada e 30,3% responderam que sentem inseguros quando estão andando sozinho em uma área desconhecida da região.

Gráfico 17 - Situações específicas você se sente mais inseguro em seu bairro

Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Na pesquisa, os participantes foram questionados se sentiam que as autoridades locais, como a polícia e os serviços de emergência, respondiam de forma eficaz aos problemas de segurança em sua comunidade. Para 30,3% as autoridades têm uma resposta eficaz, outros 30,3% disseram que não têm uma resposta eficaz e 39,4% não tinham certeza sobre a eficácia das autoridades locais em lidar com problemas de segurança.

Gráfico 18 - Percepção sobre a eficácia das autoridades locais aos problemas de segurança na comunidade

Fonte: desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Numa análise final, a pesquisa questionou a eficácia das autoridades locais na resposta aos problemas de segurança, com uma divisão nas opiniões dos participantes. Também foi avaliada a percepção de segurança na comunidade, onde uma parte dos participantes expressou insegurança, enquanto outros se sentiram seguros. É essencial entender que combater a violência requer a abordagem das causas subjacentes que a originam. Da mesma forma, avançar na luta contra o crime exige a modernização dos órgãos envolvidos no sistema de segurança pública (RODRIGUES, 2010). Essa modernização deve ocorrer dentro de um contexto de gestão centralizada para ser eficaz.

O uso de políticas públicas contínuas é de extrema importância, uma vez que direcionam

o trabalho da polícia militar em benefício da sociedade. Rodrigues (2010) considera que isso envolve a implementação de estratégias e ações consistentes ao longo do tempo, com o objetivo de promover a segurança e atender às necessidades da comunidade. Políticas públicas bem planejadas podem contribuir para a eficácia das forças de segurança e o bem-estar da sociedade como um todo.

A cooperação mútua entre os cidadãos e as forças de segurança pública desempenha um papel crucial na promoção da segurança e na construção da confiança na comunidade. Quando cada indivíduo desempenha suas devidas funções na sociedade e interage ativamente com a polícia, cria-se uma maior sensação de segurança e confiança mútua (ROLDÃO, 2018). Isso, por sua vez, facilita a troca de informações entre ambas as partes e contribui para a eficácia das ações de redução da criminalidade. A colaboração entre a comunidade e as autoridades de segurança é essencial para criar um ambiente mais seguro e resiliente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao exposto nesse estudo, foi possível perceber que enquanto as estratégias de policiamento, incluindo a presença da Polícia Militar, podem influenciar positivamente a sensação de segurança em alguns contextos, ainda existem desafios percebidos e experiências reais de criminalidade que afetam a confiança da comunidade.

Também foi possível compreender evolução significativa da Polícia Militar de Goiás ao longo do tempo, desde suas raízes históricas até suas estratégias contemporâneas de atuação. Ressaltou a importância da instituição na preservação da ordem pública e na promoção da segurança, cada um contribuindo de maneira única para a compreensão geral.

Ao explorar a percepção da comunidade em relação à segurança, foi possível abordar aspectos valiosos sobre como as estratégias de policiamento que impactam na sensação de segurança dos cidadãos. A importância da visibilidade policial e as diferentes situações em que os participantes se sentem mais inseguros oferecem dados tangíveis que podem informar futuras políticas de segurança pública na região do Jardim Cristal.

A diversidade de opiniões sobre a eficácia das autoridades locais destacou a complexidade do cenário de segurança, sublinhando a necessidade de abordagens holísticas. Esse estudo também apontou para desafios persistentes, mas também para oportunidades de melhoria na construção da confiança entre a Polícia Militar e a comunidade.

Destacou-se, portanto, a complexidade das dinâmicas de segurança, sugerindo a necessidade de uma abordagem multifacetada que inclua estratégias preventivas, diálogo

contínuo com a comunidade e análise adaptativa das práticas de policiamento. A criação de intervenções focadas em áreas específicas de preocupação e o fortalecimento da colaboração entre a polícia e a comunidade são elementos-chave para promover a segurança e a confiança duradouras.

REFERÊNCIAS

BEATO, Cláudio Chaves, MARINHO, Karina Rabelo Leite. **Estratégia organizacional de policiamento comunitário nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória**. SENASP, 2006.

BRASIL. **Decreto Federal n. 88777**, de 30 de setembro de 1983. Brasília, Senado.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988, Brasília, Senado.

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Educação e Qualificação do Policial Militar para o uso Diferenciado da Força**. Goiânia,GO: DGM Gráfica, 2011.

CARDOSO, Aderivaldo Martins. **Policiamento Comunitário no Distrito Federal**: Uma análise dos Postos Comunitários de Segurança no Distrito Federal. Brasília, 2009.

CARDOSO, Tenente Coronel Alan Pereira; et al. Edição comemorativa do aniversário de 162 anos da PMGO. **O Anhaguera Revista** – Ano VIII, 2020. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/revista-o-anhanguera-2020>. Acesso em: 04 out. 2023.

CUNHA, Danilo Cardoso Ferreira da; ARAUJO, Edna Rodrigues. Surgimento da Polícia Militar no Estado De Goiás, motivo e função. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/986>. Acesso em: 04 out. 2023.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; BORGES, Jacqueline Florindo. O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: **análises de uma Unidade Operacional da Polícia Militar**. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 26, n. 3, p. 642–672, 2020.

GOIÁS. **Constituição do Estado de Goiás**. Secretaria de Estado da Casa Civil, 1989.

GOIÁS, **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça**. Portaria nº 2.337 de 4 de abril de 2012.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de direito administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

LOPES NETO, Miguel Arcanjo. **Nível de satisfação dos serviços prestado pela Polícia Militar**: uma análise dos usuários do serviço de policiamento prestado pela 1ª companhia do 2º Batalhão da Capital de Boa Vista/RR. Especialização (Segurança Pública). Curso de

Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO apresentado a Academia de Polícia Militar “Cel Milton Freire de Andrade”, 2013.

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. Os homens da ordem: uma nova polícia militar para os sertões de Goiás - (1930-1964). In: **Encontro Regional De História Da Anpuh**, 15, São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2012.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES MACHADO, Eduardo. Política para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 2, n. 60, p. 437-447, 2010.

PMGO. Plano Estratégico Da PMGO 2023-2028. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/plano-estrategico-2023-2028-com-portaria-otimizado-compressed.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023

POP, Polícia Militar do Estado de Goiás. **Procedimento Operacional Padrão** / Polícia Militar do Estado de Goiás. 4ª edição – Versão 2 – Revisão Técnica 001 – Goiânia: PMGO, 2023.

RODRIGUES, M. A. C. A Adequação da Atividade de Segurança Pública no Estado Democrático de Direito: Os desafios no combate à criminalidade e a busca pela eficiência do sistema policial. *Cadernos de Segurança Pública*, Ano 2, Número 1, Agosto de 2010.

ROLDÃO, Vinicius Melo. Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária. *REBESP* v. 11, n.2. 2018.

ROLIM, M. F.; HERMANN, D. Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. **Sociologias**, v. 20, n. 48, p. 188–211, maio 2018.

SOUZA, Abelide. **O Anhanguera**: História da Polícia Militar de Goiás. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa Goiânia, 1999.

VENÂNCIO, Valdez Rodrigues. **A Ordem Pública Ambiental na Sociedade de Risco: A Atuação da Polícia Ostensiva em Santa Catarina**. 2013. Dissertação (mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

APÊNDICE A – Aplicação do questionário via Google Forms

Este questionário é uma pesquisa sobre o tema “**ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO DO 8º BPM E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA NO JARDIM CRISTAL**”. Tem por objetivo demonstrar como o patrulhamento e as ações da Polícia Militar podem reafirmar a missão da polícia na comunidade a fim de manter a ordem e o controle do crime. Tratamos de identificar sobre a sensação de segurança da comunidade, isto é, qual é a percepção das pessoas que moram nessa comunidade acerca de se sentir protegida e segurança de ameaças ou medo de crimes. A referida pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Garantimos o sigilo e a privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Sua resposta continuará anônima. Sua participação no estudo é voluntária. Caso não queira participar, fique à vontade. Desde já agradecemos!!!

Estou ciente de que minha participação é voluntária e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo. Você concorda em participar dessa pesquisa voluntariamente?

1 Sim

2 Não

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	
1. Faixa etária: (1) Entre 18 e 23 anos (2) Entre 24 e 29 anos (3) Entre 30 e 35 anos (4) Entre 36 e 41 anos (5) Entre 42 e 47 anos (6) Acima de 48 anos	2. Sexo (1) Masculino (2) Feminino
3. Nível de Escolaridade (1) Ensino fundamental incompleto (2) Ensino fundamental completo (3) Ensino médio incompleto (4) Ensino médio completo (5) Ensino superior incompleto (6) Ensino superior completo	5. Há quanto tempo você mora/trabalha neste bairro? (1) Até um ano. (2) De 1 a 3 anos. (3) Mais de 3 anos.
6. Quantas pessoas moram com você? (1) Sozinho(a). (2) com 2 pessoas. (3) com 3 a 5 pessoas. (4) com mais de 5 pessoas	
PERCEPÇÃO COM RELAÇÃO A AMEAÇAS PESSOAIS OU COMUNITÁRIA	
Que horário você sente mais medo de crime no bairro? (1) Manhã (06h às 12h). (2) Tarde (12h às 18h). (3) Noite (18h às 00h). (4) Madrugada (00h às 06h). (5) Nenhum horário.	Qual o tipo de crime mais frequente que ocorre no seu bairro? (1) Furto (2) Roubo (3) Violência doméstica (4) Violência sexual (5) Homicídios (6) Outros?

Você já foi vítima de algum desses crimes? (1) Furto (2) Roubo (3) Violência doméstica (4) Violência sexual (5) Homicídios (6) Outros?	Algum vizinho ou amigo já foi vítima de algum desses crimes nessa região? (1) Furto (2) Roubo (3) Violência doméstica (4) Violência sexual (5) Homicídios (6) Outros?
Quando você ou seu vizinho ou parentes e amigos foi vítima de um desses crimes, houve acionamento da Polícia Militar? (1) Sim (2) Não	A Polícia Militar, ao ser acionada, atendeu prontamente ao chamado? (1) Sim (2) Não
SENSAÇÃO DE SEGURANÇA PESSOAL Por favor, indique o quanto você se sente seguro(a) em várias situações, atribuindo uma pontuação de 1 a 5, onde 1 significa "Muito Inseguro" e 5 significa "Muito Seguro".	
Andando sozinho(a) à noite em sua vizinhança: 1 2 3 4 5	Usando o transporte público: 1 2 3 4 5
Caminhando no parque/praça durante o dia: 1 2 3 4 5	Caminhando em um parque/praça à noite: 1 2 3 4 5
Em casa sozinho(a) durante o dia: 1 2 3 4 5	Em casa sozinho(a) à noite: 1 2 3 4 5
Quando estou no carro (próprio ou de terceiros) 1 2 3 4 5	Quando vejo viatura da polícia militar passar na rua de casa. 1 2 3 4 5
Quando vejo policiais militares em pé parados ao lado de viaturas 1 2 3 4 5	Quando vejo policiais militares realizando abordagens (a pessoas, a veículos, no trânsito). 1 2 3 4 5
SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NA COMUNIDADE	
Como você avalia a segurança em seu bairro? (1) Muito Insegura (2) Insegura (3) Neutra (4) Segura	Em quais situações específicas você se sente mais inseguro em seu bairro? (1) Em casa durante o dia ou a noite (2) Retornando do trabalho

(5) Muito Segura	(3) Retornando de uma festa ou comemoração na madrugada (4) Andando sozinho em área desconhecida
Você sente que as autoridades locais (polícia, serviços de emergência) respondem eficazmente a problemas de segurança em sua comunidade? (1) Sim (2) Não (3) Não tenho certeza	